



Por favor, preencher os dados abaixo

PROVA A

Nº de Inscrição:

Nome do Candidato:

CPF:

Telefone:

E-mail:

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

- Atenção para **preenchimento de seus dados no cabeçalho** da prova;
- Questões dissertativas-argumentativas com respostas em até 10 (dez) linhas.
- Somente será considerada na correção a resposta escrita na área demarcada do caderno de prova, sendo desconsiderado qualquer texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecidas;
- A prova terá a duração de 04 (quatro) horas;
- O candidato não deverá assinar o caderno de prova, nem utilizar qualquer indicativo que possa identifica-lo, sob pena de ser desclassificado;
- Atenção, preencher seu CPF no local indicado de cada questão dissertativa. Somente poderá ser utilizada caneta esferográfica preta ou azul, sendo desconsiderado texto definitivo escrito a lápis;
- Escreva com letra legível. No caso de erro, risque com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substituto. Parêntese não será aceito.
- Será entregue material para rascunho, o qual poderá ser levado pelos candidatos ao final da prova;
- Será eliminado o candidato que for descortês com os demais candidatos ou com os fiscais de prova;
- Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada durante a realização da prova;
- A interpretação das questões faz parte da prova, não podendo haver perguntas e nem apoio dos fiscais da prova;
- Durante a realização da prova não serão permitidas a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos de comunicação.
- **O contato com os aprovados será realizado via telefone ou e-mail. Desta forma, a informação correta é de responsabilidade do candidato.**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 01 - O Artigo 5º, Inciso II, da CF dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” Tal enunciado consagra o princípio da:

- A) moralidade
- B) impessoalidade
- C) justiça
- D) legalidade

Questão 02 – Na Constituição Federal (CF), algumas matérias, denominadas cláusulas pétreas, não podem ser abolidas nem por meio de emendas. Essas matérias são:

- A) forma federativa de Estado; dignidade da pessoa humana; divisão dos poderes; pluralismo político, presidencialismo.
- B) voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; forma federativa de Estado; direitos e garantias individuais.
- C) direitos e garantias individuais; soberania; divisão dos poderes; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; cidadania; forma federativa de Estado.

Questão 03 – A Constituição Federal declara como um dos direitos fundamentais a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, **salvo**:

- A) para fazer prova em processo administrativo.
- B) por ordem do Ministro da justiça, para fins de investigação criminal.
- C) por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- D) em matéria de segurança nacional.

Questão 04 – Assinale a alternativa **correta**:

- A) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular.
- B) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- C) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- D) – O mandado de segurança é uma garantia constitucional que pode ser exercida de forma individual ou coletiva, desde que impetrada pelos

legitimados.

Questão 05 - Procuradoria do Município de Niterói (procurador de 3ª categoria) – Banca FGV – Prova 2014.

A respeito do direito fundamental à igualdade, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) É compatível com a existência de limite de idade para a inscrição em concurso público, sempre que justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- B) Só admite ser dispensado tratamento diferenciado a certos grupos ou pessoas nas hipóteses expressamente previstas na ordem constitucional.
- C) É incompatível com a política de cotas, baseada em critérios raciais, para ingresso no ensino superior.
- D) É incompatível com as denominadas “ações afirmativas”, que oferecem tratamento diferenciado a grupos específicos e terminam por gerar uma discriminação reversa.

Questão 06 – A respeito da disciplina constitucional da Defensoria Pública, como órgão essencial à função jurisprudencial, **NÃO** é correto afirmar:

- A) – são asseguradas autonomia funcional e administrativa, mas não há previsão de iniciativa de sua proposta orçamentária.
- B) – a Defensoria é expressão e instrumento do regime democrático;
- C) – São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- D) – é assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade.

Questão 07 – TRF1 - Seleção de estagiários do curso de Direito - Setembro – 2013- Seção Judiciária do Amapá

Quanto ao controle de constitucionalidade das leis, É **CORRETO** AFIRMAR:

- A) É possível propor Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o estatuto de uma sociedade anônima.
- B) O Juiz Federal não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de uma lei.
- C) Os legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade são os mesmos.

D) Qualquer pessoa física pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Questão 08 – Ao juiz federal **NÃO** compete processar e julgar:

- A) a disputa sobre direitos indígenas.
- B) as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- C) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- D) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

Questão 09 - TRF 1ª - Estágio em Direito - Justiça Federal de Montes Claros/MG
De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- B) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos dos Municípios.
- C) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- D) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Questão 10 - Estágio em Direito – DPE/DF 2013
De acordo com a CF, todos são iguais perante a

lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previsto na CF, assinale a opção **correta**.

- A) Os direitos fundamentais não são assegurados ao estrangeiro em trânsito no território nacional.
- B) Como decorrência da inviolabilidade do direito à liberdade, a CF assegura o direito à escusa de consciência, desde que adstrito ao serviço militar obrigatório.
- C) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.
- D) O duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, não consubstancia garantia constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11 - Quanto aos recursos administrativos, assinale a afirmativa **falsa**:

- A) A regra geral é que o recurso administrativo não tenha efeito suspensivo.
- B) Os recursos são cabíveis em face de razões de legalidade e de mérito.
- C) O recurso administrativo, salvo disposição legal diversa, tramitará no máximo por cinco instâncias administrativas.
- D) Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

Questão 12 – A responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal incide sob a modalidade:

- A) subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por concessionárias de serviços públicos, remanescendo responsabilidade solidária do Estado pelo ressarcimento dos danos indenizáveis.
- B) objetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes dos quais haja decorrido dano indenizável.
- C) objetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por agentes estatais e subjetiva, quando ditos atos forem lícitos.
- D) subjetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais se destes tiverem advindo danos morais indenizáveis.

Questão 13 - Exame De Ordem Unificado 2010.3

É correto afirmar que a desconcentração administrativa ocorre quando um ente político

- A) cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.
- B) cria, por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público para auxiliar a administração pública direta.
- C) autoriza a criação, por lei e por prazo indeterminado, de uma nova pessoa jurídica de direito privado para auxiliar a administração pública.
- D) contrata, mediante concessão de serviço público, por prazo determinado, uma pessoa jurídica de direito público ou privado para desempenhar uma atividade típica da administração pública

DIREITO PENAL

Questão 14 – Nos denominados “crimes de bagatela” (princípio da insignificância), ocorre:

- A) Causa obrigatória de diminuição de pena.
- B) Causa supralegal de exclusão de culpabilidade.
- C) Exclusão da antijuridicidade material.
- D) Estado de necessidade.

Questão 15 – Assinale a alternativa correta.

- A) Os tipos penais são criados pelo legislador, excepcionalmente, entretanto, o juiz pode, usando analogia, criar tipos penais.
- B) Nos tipos penais abertos a conduta não é totalmente individualizada.
- C) O tipo penal define condutas e personalidades criminosas.
- D) A lei penal em branco é inconstitucional por conter delegação de competência.

Questão 16 – Admitem a forma culposa os seguintes crimes no Código Penal:

- A) homicídio, lesão corporal, dano, receptação e incêndio.
- B) difusão de doença ou praga, apropriação indébita, lesão corporal e perigo de desastre ferroviário.
- C) homicídio, lesão corporal, explosão, uso de documento falso e ato obsceno.
- D) receptação, incêndio, explosão, desabamento e difusão de doença ou praga.

Questão 17 – Assinale a alternativa correta:

- A) Cabe ao Direito Penal limitar a violência da intervenção punitiva do Estado.
- B) Compete ao Direito Penal atender os anseios

sociais de punição para pacificar conflitos.

C) O recurso à pena no Direito Penal garantista está condicionado ao princípio da máxima intervenção, máximas garantias.

D) O discurso jurídico-penal de justificação deve se pautar na ampla possibilidade de solução dos conflitos pelo direito penal.

Questão 18 – A súmula 17 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) “Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido” configura aplicação do princípio da

- A) especialidade.
- B) subsidiariedade.
- C) consunção.
- D) sucessividade.

Questão 19 – Dentre as hipóteses abaixo, qual não pode ser citada como exemplo de crime permanente

- A) Peculato
- B) Cárcere privado
- C) Violação de domicílio
- D) extorsão mediante sequestro

PROCESSO PENAL

Questão 20 - Defensoria Pública do Estado Mato Grosso (analista) – Banca FGV – Prova 2015.

A Lei nº 12.403 de 04/05/11 inovou no tratamento conferido pelo Código de Processo Penal ao tema das prisões e medidas cautelares. Existem, ainda, outros diplomas legais que tratam do assunto, como a Lei nº 7.960/89, que disciplina a prisão temporária.

Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a afirmativa CORRETA.

- A) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo magistrado.
- B) O reincidente na prática de crimes dolosos ou culposos poderá ter sua prisão preventiva decretada, mesmo que o novo crime praticado tenha pena máxima em abstrato inferior a 04 anos.
- C) Caberá internação provisória no caso de crime praticado com violência quando os peritos concluírem ser o agente inimputável, ainda que não haja risco de reiteração.
- D) Verificado que não mais subsistem os motivos que justificaram a prisão preventiva, o juiz poderá relaxar a prisão.

Questão 21 – As previsões dos incisos XXXVII e LIII do art.5º da Constituição Federal, segundo as quais, respectivamente, “[...] não haverá juízo ou tribunal de exceção” e “[...] ninguém será

processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” traduzem, direta e essencialmente, o princípio

- A) da impessoalidade.
- B) da presunção de inocência
- C) do contraditório e da ampla defesa.
- D) do juiz natural.

Questão 22 – De acordo com a Lei 9.099/95, a composição civil dos danos:

- A) não gera efeitos penais.
- B) gera efeitos penais, mas dispensa a homologação judicial por sentença.
- C) enseja extinção da punibilidade de crimes de ação penal privada, após sua homologação por sentença.
- D) gera efeitos penais, após a sentença homologatória, desde que a parte ou o MP não interponham o recurso cabível.

Questão 23 – Decretada a prisão preventiva com fundamento na revelia do acusado citado por edital, o Defensor Público poderá utilizar a seguinte argumentação para rechaçar-la:

- A) Há um tratado internacional do qual o Estado brasileiro é signatário que prevê expressamente a impossibilidade de prisão preventiva.
- B) A revelia não gera por si só presunção de que o acusado pretenda se furtar à aplicação da lei penal.
- C) A revelia somente poderá ser decretada após a intimação do Defensor Público.
- D) A decretação da prisão preventiva deveria ter sido comunicada ao Defensor Público em até 24 horas.

DIREITO CIVIL:

Questão 24 - Defensoria Pública do Estado Mato Grosso (analista) – Banca FGV – Prova 2015.
Rita, por 11 anos, sem interrupção nem oposição de quem quer que seja, possui, como seu, imóvel no qual estabeleceu a sua moradia habitual. Considerando que Rita não possui qualquer título referente à titularidade proprietária do imóvel, assinale a afirmativa CORRETA.

- A) Estando Rita de comprovada boa-fé, e somente nesse caso, poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por meio de ação de usucapião, na qual requeira ao juiz declaração por sentença, que servirá como título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- B) Independentemente de comprovada boa-fé, Rita poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por meio de ação de usucapião, na qual requeira ao

juiz declaração por sentença, que servirá como título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

- C) Independentemente de agir com boa-fé, Rita não poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por não ter atingido ainda o tempo mínimo da prescrição aquisitiva, qual seja, quinze anos.
- D) Independentemente de agir com boa-fé, Rita não poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por não haver realizado nele obras ou serviços de caráter produtivo.

Questão 25: Qual opção abaixo trata de hipótese de relativamente incapaz:

- A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- C) os menores de dezesseis anos.
- D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Questão 26- A ação de investigação de paternidade

- A) prescreve em 5 anos
- B) prescreve em 10 anos
- C) prescreve em 20 anos
- D) é imprescritível

Questão 27 – O código civil considera nulo o negócio jurídico simulado. Assim, haverá nulidade por simulação nos negócios jurídicos quando:

- A) a declaração de vontade de um dos contratantes decorra de fundado temor de dano à sua pessoa.
- B) as declarações de vontade emanarem de erro que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.
- C) houver silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, determinante para a realização do negócio.
- D) contiverem confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

Questão 28 – O atual regramento da união estável reconhecida constitucionalmente como entidade familiar:

- A) pressupõe que a convivência tenha a duração mínima de 5 anos
- B) não estipula prazo mínimo para que se considere estável a união, bastando ser esta duradoura, pública, contínua e com o objetivo de constituir família.
- C) permite a estipulação livre de refime de bens, desde que no início da convivência.
- D) admite que se considere como tal uma união de menos de 5 anos, desde que dela resultem filhos.

Questão 29 – A prescrição:

- A) diferencia-se da decadência porquanto a primeira consiste na perda do direito material, ao passo que a segunda é a extinção do próprio direito de exigir o cumprimento do direito pleiteado.
- B) impede que o credor receba a dívida por ela atingida e, caso o devedor, por engano, cumpra a prestação devida, terá ele direito a indenização.
- C) é interrompida por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- D) contra uma pessoa continua a correr, após seu falecimento, contra o seu sucessor, ainda que este seja absolutamente incapaz.

PROCESSO CIVIL

Questão 30 – Acerca dos recursos no processo civil, assinale a afirmativa correta:

- A) De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, apenas em hipóteses excepcionais a apelação não será recebida no efeito suspensivo.
- B) Se o relator indeferir o pedido de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, deverá o recorrente deduzir embargos infringentes.
- C) Somente em hipóteses excepcionais os recursos têm efeito devolutivo.
- D) Em regra, o recurso especial possui efeito suspensivo.

Questão 31 – O ato processual de comunicação da existência de ação proposta em face da parte para apresentar defesa denomina-se:

- A) intimação
- B) notificação
- C) citação
- D) carta precatória

Questão 32 – No âmbito da Justiça Federal, desde que respeitado o limite de sessenta salários mínimos, inclui-se na competência do Juizado Especial Cível, a ação:

- A) de desapropriação promovida pela União.
- B) popular, em que for parte passiva a União.
- C) de mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade federal.
- D) para anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

Questão 33 – Ao se atribuir o valor da causa nas ações para concessão/reestabelecimento de benefício previdenciário, deve-se considerar

- A) somente a integralidade do débito vencido.
- B) qualquer valor já que nestas demandas o valor da causa são para fins fiscais.
- C) a soma das prestações vencidas, acrescida da soma doze parcelas vincendas.
- D) somente a soma de um ano de benefício.

PREVIDENCIÁRIO:

Questão 34 – São segurados obrigatórios do regime geral de previdência social:

- A) a dona de casa e o estudante, desde que maiores de 16 (dezesesseis) anos.
- B) os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em Municípios que tenham instituído regime próprio.
- C) os desempregados, nos 12 (doze) meses que se seguem à sua dispensa pela empresa.
- D) os trabalhadores autônomos, empresários e trabalhadores domésticos.

Questão 35 – São hipóteses de benefícios previdenciários ativos na atual Lei de Benefícios (8213/91) do INSS:

- A) aposentadoria por idade, auxílio-doença e pecúlio
- B) auxílio-acidente, aposentadoria por contribuição e salário maternidade
- C) pensão por morte, renda mensal vitalícia, aposentadoria por invalidez
- D) auxílio-doença, aposentadoria por idade e auxílio-natalidade.

Questão 36 – O princípio da universalidade da cobertura prevê:

- A) que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite.
- B) que não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa.
- C) a participação equitativa de trabalhadores, empregadores e Poder público no custeio da seguridade social.
- D) que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessite, razão pela qual a Seguridade Social deve apontar

Questão 37 – Dentre os princípios abaixo, qual não se aplica à Previdência Social:

- A) seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços

- B) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- C) universalidade do atendimento
- D) contributividade

DEFENSORIA PÚBLICA

Questão 38 – O art. 134 da Constituição Federal de 1988 erigiu a Defensoria Pública à condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, quando de sua promulgação significou:

- A) retrocesso em relação ao texto constitucional anterior, que não vinculava a Defensoria ao Poder Judiciário.
- B) o estabelecimento de um inédito dever estatal, de prestação de assistência jurídica integral e gratuita.
- C) a conquista de autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas;

D) relevante conquista da cidadania, universalizando o direito de acesso gratuito ao Poder Judiciário.

Questão 39 – **Não** é prerrogativa ou garantia dos membros da Defensoria Pública da União:

- A) vitaliciedade.
- B) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.
- C) independência funcional.
- D) ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

Questão 40 – **Não** é objetivo da Defensoria Pública:

- A) a prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- B) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- C) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- D) zelar pela valorização da advocacia.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

Atenção – Leia as instruções deste caderno. Elas fazem parte da sua prova.

- 1 – Este caderno contém as instruções para a prova discursiva, prova está composta por 4 (quatro) questões
- 2 – Verifique a identificação e preencha seu CPF no quadro superior da folha
- 3 – Não se identifique nas folhas de resposta da prova escrita.
- 4 – Cada questão deverá ser respondida de forma sucinta, no espaço indicado, de no máximo 10 (dez) linhas. O que ultrapassar não será considerado em nenhuma hipótese.
- 5 – Cada questão tem o valor máximo de 15 pontos

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

1) QUESTÃO 01 - DIREITO CIVIL: até 10 linhas

Em uma locação de imóvel residencial havia a previsão contratual de que "findo o prazo do negócio jurídico, o imóvel deveria ser devolvido com pintura nova". Ou seja, não foi esclarecido no contrato qual deveria ser a cor da tinta a ser usada na pintura. Assim sendo, o locatário (inquilino), insatisfeito com a necessidade de devolução do imóvel, pintou o imóvel antes de entregá-lo. Ocorre que, ao realizar a vistoria, o locador (proprietário) constatou que o imóvel havia sido pintado todo com tinta preta. Houve descumprimento ou cumprimento do contrato por parte do locatário (inquilino)? Discorra sobre o caso, fundamentando-o juridicamente. Se possível, aborde princípios do direito civil e princípios gerais do direito para solucionar a controvérsia.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

2) QUESTÃO 02 – DIREITO PENAL: até 10 linhas

Conceitue e disserte sobre crime doloso e crime culposos, abordando os elementos dolo e culpa, diferenciando culpa consciente e dolo eventual. Mencione também sobre os três substratos do crime (tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade);

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

3) QUESTÃO 03 – DIREITO CONSTITUCIONAL: até 10 linhas

Disserte sobre o Controle de Constitucionalidade no Brasil. Se possível aborde sobre: os tipos difuso e concentrado; modalidades de controle preventivo e repressivo; quais são as ações judiciais cabíveis no controle em processo objetivo e subjetivo de constitucionalidade; por fim, sobre os efeitos das decisões (ex tunc, ex nunc, e a modulação dos efeitos);

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

4) QUESTÃO 04 – JUIZADO ESPECIAL: até 10 linhas

Dissertar sobre ao menos dois princípios orientadores do juizado especial cível.
